

Ajuda Memória da 2ª Reunião do Grupo Técnico sobre REDD+

Dia 1 - 12.05.2014 – 14:00 às 18:00

Dia 2 – 13.05.2014 – 08:00 às 12:00

Participantes

Membros do GTT REDD+

Adriana Siqueira, AS – FUNCATE
Alexandre Avelino, AA – MMA
Felipe Ferreira, FF - MRE
Leticia Guimarães, LG – MMA
Luis Maurano, LM – INPE
Manuel Ferreira, MF – UFG
Marcio Rojas, MR - MCTI
Mercedes Bustamante, MB – MCTI
Ricardo Rodrigues, RR – USP
Rosana Higa, RH – EMBRAPA
Thelma Krug, TK – INPE
Thiago Mendes, TM - MMA

Convidados

Carlos Klink - MMA
Francisco Oliveira - MMA
Juliana Simões - MMA
Josana Lima - MMA
Monique Ferreira - MMA

Relato

A reunião foi iniciada por LG, a qual saudou a todos, explicou o objetivo do encontro (promover um controle de qualidade da submissão do nível de referência do Brasil à UNFCCC) e passou a palavra ao Secretário Carlos Klink, para início dos trabalhos. CK ressaltou a importância da agenda e que grandes avanços têm sido alcançados graças à participação de todos as instituições representadas nesse Grupo Técnico. Afirma que o Brasil entregará melhor submissão de níveis de referência, seguindo exatamente os parâmetros da UNFCCC e em coerência/consistência com as publicações do governo brasileiro. Ainda, informou que o prazo para a submissão do documento à Convenção é junho e, portanto, é necessário finalizar o mesmo e continuar uma agenda de trabalho para aprimoramentos, incluindo a abordagem do Cerrado.

Em seguida, FF apresentou os principais aspectos de REDD+ na UNFCCC, seguido por rodada de discussões e esclarecimentos acerca do tema. Após esse nivelamento e contextualização, AA e AS apresentaram como deu-se a elaboração da submissão do nível de referência de emissões florestais (FREL), documento base da reunião e, por opção do grupo, a programação da reunião foi alterada e optou-se por analisar o documento de Submissão ponto a ponto, proporcionando discussões, esclarecimentos e encaminhamentos.

LG lembrou que na 1ª reunião do GTT REDD+ houve a deliberação que o Brasil submeteria apenas o nível de referência para desmatamento no bioma Amazônia, e que seria feito um Anexo relatando áreas em desenvolvimento (degradação na Amazônia e desmatamento no Cerrado, bem como outros biomas), algo não obrigatório pela Convenção, mas que o Brasil optou por fazer.

TK ressaltou que uma vez que a submissão será feita para o bioma Amazônia, é necessário já prever em Termos de Referência e contratação de serviços a

importância da continuidade da série histórica para o bioma, até mesmo para a verificação dos resultados.

Com relação ao período utilizado para o nível de referência, após longa discussão entre os representantes, foi pactuado que será um nível de referência dinâmico, ou seja, alterado de tempos em tempos. Foi deliberado que o 1º FREL, para comparação dos resultados obtidos entre 2006 a 2010, contemplará o período de referência de 1996 a 2005, guardando a correspondência com a PNMC, entretanto, visando maior robustez, para averiguação dos resultados de 2011 a 2015 o nível de referência será atualizado para o período de 1996-2010. Por fim, para o período de verificação de 2016 a 2020, o FREL utilizará os anos de 1996 a 2015 como base. Ainda, pontou-se que é importante sinalizar que o governo brasileiro trabalhará na melhoria dos dados de 1996 a 2000.

O segundo dia de reuniões retomou os trabalhos a partir da seção b “Transparent, complete, consistente and accurate information used in the construction of the forest reference emission level”, onde foram sugeridos ajustes sobre a disponibilização das informações.

Contando com a presença do MCTI nesse 2º dia de reuniões, foi discutida a questão de fazer referência ao 3º Inventário de Emissões de GEE, pois, segundo a instituição, o mesmo proverá aprimoramentos nos dados e informações. Após debate, concluiu-se que o mesmo ainda está em fase de planejamento pelo governo, sendo mais prudente não mencioná-lo.

MF pontuou a necessidade de referências mais robustas, em substituição a comunicações pessoais, e prontificou-se a auxiliar na busca por trabalhos científicos. Também ponderou-se que durante o processo de análise da submissão deverá ser criado um mecanismo para disponibilização dos dados, que contemple conjunto das referências e *abstract* das publicações nacionais.

Após intenso debate, foi acordado que não será discutido se Planos de Manejo Florestal podem ser considerados degradação florestal, mas que o texto da submissão será ajustado para evitar confusões.

Com relação aos reservatórios, especificamente sobre carbono no solo, MB questiona que os trabalhos mencionados são todos de uma mesma região e portanto, não contemplam a diversidade da Amazônia. Sugere falar de nível de incerteza e não de uma (não) significância generalizada pelos trabalhos citados, assim, a mesma fará uma sugestão de texto.

Sobre a definição de florestas, foi pontuado que a definição do FRA é interessante, mas para a submissão é importante salientar a particularidade do PRODES, e portanto, o que é considerado floresta para esse sistema de monitoramento.

Mesmo não sendo objeto da submissão, considerou-se importante mostrar que a diminuição do desmatamento não está levando ao aumento da degradação. Mas é necessário pontuar que tal fato poderia influenciar os demais biomas. Por isso, sugeriu-se mencionar o PPCerrado, para sinalizar que o país está atento a essa possibilidade.

Após demais contribuições de caráter de formatação e aprimoramento do texto, foi aberta a palavra para o planejamento da próxima reunião deste GT, a qual deverá ocorrer em agosto de 2014.

RR e MB sugerem que, para melhoria das futuras submissões, as recomendações do GT tornem-se políticas públicas com investimentos de médio a

longo prazo. Caso contrário, ficar-se-á cada vez mais diagnosticando falhas e incertezas e não solucionando-as. LG pontua que REDD+ não é governança florestal do Brasil, entretanto, MB ressalta o diferencial de REDD+ por possuir um componente de captação, e por isso é capaz de promover a retroalimentação do sistema (melhorias, novos sistemas, etc).

Por fim, foi pactuado que na próxima reunião serão apresentadas diferentes iniciativas de monitoramento afetos ao tema - Sistema Nacional de Informação Florestal (SNIF), SMMARE, Sistema de Salvaguardas para REDD+ - e que os membros se dediquem a construir uma visão estratégica do Brasil em termos de atividades e outros biomas.